



Folha Florestal

Suplemento do Semanário Reconquista / Associação de Produtores Florestais da Beira Interior • Coordenador: Marta Ribeiro Telles • Julho 2007
Edição/ Design gráfico: RVJ - Editores, Lda. Faz parte da edição 3 200 do Semanário Reconquista. Não pode ser vendida separadamente

GOVERNADORA CIVIL, EM ENTREVISTA, ALERTA

“É preciso reduzir número de incêndios”

Alzira Serrasqueiro, Governadora Civil de Castelo Branco e Autoridade Nacional de Protecção Civil no distrito de Castelo Branco, considera que é prioritário reduzir o número de incêndios florestais relativamente a anos anteriores. Em entrevista ao Folha Florestal, a Governadora elogia o trabalho que tem sido feito no combate aos fogos. Páginas 6 e 7.



RUI ESTEVES, DA PROTECÇÃO CIVIL

Proximidade de meios é fundamental

Páginas 4 e 5



DIRECÇÃO GERAL DOS RECURSOS FLORESTAIS
E GUARDA NACIONAL REPUBLICANA

Defesa da Floresta cabe a todos

Páginas 8 à 10



EDITORIAL

Em pleno Verão, a atenção do país volta-se novamente para os incêndios florestais e todos enfrentamos com a mesma apreensão de sempre o calor de Julho e Agosto.

Nesta edição do jornal Folha Florestal procuramos dar a conhecer a forma como estão preparadas e organizadas as várias entidades com um papel de relevo no âmbito da defesa da floresta contra incêndios. Numa altura em que o risco de incêndio aumenta, todas as entidades participantes falam a uma voz no seguinte aspecto: a questão dos incêndios não pode ser trabalhada apenas nesta época.

Com efeito, é essencial que a prevenção seja, cada vez mais, entendida como prioritária, de modo a possibilitar que, nos meses de maior calor, seja possível reduzir os factores de risco e minimizar os prejuízos causados pelos fogos. É um esforço conjunto que tem que ser desenvolvido quer por entidades estatais quer por entidades privadas.

Com esse objectivo, foram criadas as Zonas de Intervenção Florestal (ZIF), um instrumento que promete tornar mais eficaz a gestão da floresta, contribuindo, por um lado, para a diminuição dos riscos de incêndio e, por outro lado, para uma maior rentabilidade económica das propriedades florestais.

A AFLOBEI arrancou desde cedo com quatro iniciativas de criação de ZIF's, estando as candidaturas ainda por aprovar pelo Fundo Florestal Permanente. As ZIF's encontram-se, porém, já na fase final da sua constituição: ZIF Sarzedas-Estacal, ZIF Sarzedas-Magarefa, ZIF Monforte da Beira-Malpica do Tejo e ZIF Penha Garcia. O carácter prioritário que o Governo português deu às Zonas de Intervenção Florestal é concretizado na distribuição do investimento do novo Fundo Florestal Permanente, que proporciona uma clara aposta no apoio à criação e à gestão de ZIF's.

Embora exista todo um trabalho importante a ser feito pelas entidades envolvidas na defesa da floresta contra incêndios, é importante lembrar que todo o esforço de prevenção e todos os meios de combate aos fogos florestais nunca são suficientes para fazer face às inevitabilidades dos incêndios. Como tal, é fundamental que todos nós – cidadãos – estejamos sensibilizados para as nossas responsabilidades individuais e que, todos nós, tenhamos a capacidade de assumir o importante papel que nos cabe - evitar a deflagração de incêndios florestais.

A Direcção



DIRECTIVA OPERACIONAL Nº 2 DE 2007

Metas e estratégias do Plano Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios

A Directiva Operacional Nacional nº 2 de 2007 foi publicada com a finalidade de estabelecer metas no âmbito dos objectivos estratégicos do Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI), publicado em 2006. A concretização dessas metas evolui todas as entidades com responsabilidades no sistema de defesa da floresta contra incêndios. Esta directiva vigora durante todo o ano e serve de base à elaboração de Planos Operacionais Distritais e Municipais, Planos de Áreas Protegidas e, também, de referência à elaboração de todas as directivas, planos ou ordens de todos os agentes e entidades integrantes do Dispositivo Nacional.

O objectivo global, que visa globalmente o horizonte temporal de 2012 e 2018 é o seguinte:

- "A redução da área ardida para valores equiparáveis à média dos países da bacia mediterrânea".

Objectivos do PNDFCI até 2012

- Diminuição, de forma significativa, do número de incêndios com áreas superiores a 1,0 hectares;
- Eliminação de incêndios com áreas superiores a 1.000 hectares;
- Redução do tempo de ataque inicial para menos de vinte minutos em 90% das ocorrências;
- Eliminação de tempos de ataque inicial superiores a 60 minutos;
- Redução do número de reacendimentos para menos de 1% das ocorrências totais;
- Redução do número de incêndios activos com duração superior a 24 horas, para menos de 150;
- Redução da área ardida para menos de 100 mil hectares/ano em 2012.

Objectivos do PNDFCI até 2018

- Área anual ardida inferior a 0,8% da superfície florestal ocupada com povoamentos;
- Redução para menos de 75, o número de incêndios activos com duração superior a 24 horas;
- Redução do número de reacendimentos para menos de 0,5% das ocorrências totais.

EXECUÇÃO DA DIRECTIVA OPERACIONAL N.º2/ 2007

Fases do empenhamento dos

meios

- Fase ALFA (no período de 01Jan até 14 Maio 07)
- Fase BRAVO (no período de 15 Maio 07 a 30 Jun 07)
- Fase CHARLIE (no período de 01 Jul a 30 Set 07)
- Fase DELTA (no período de 01 Out 07 a 31 Dez 07)

A Directiva Operacional N.º2/2007 prevê também a instalação de um Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Florestais (DECIF), especialmente vocacionado para:

- Acções de ataque inicial;
- Ataque ampliado;
- Acções de reforço;
- Extinção;
- Rescaldo;
- Vigilância activa pós-incêndio.

OBJECTIVOS OPERACIONAIS NACIONAIS

- Criação e Mobilização de uma Força Operacional Conjunta (FOCON) constituída por meios humanos e por equipamentos (terrestres e aéreos), pertencentes aos:
 - Corpos de Bombeiros (CB);
 - Direcção Geral de Recursos Florestais (DGRF);
 - Instituto de Conservação da Natureza (ICN);
 - Guarda Nacional Republicana (GNR);
 - Outras entidades que colaborem (AFOCELCA);
 - Forças Armadas (FA) e Polícia de Segurança Pública (PSP).
- Integrar as forças do Grupo de Intervenção de Protecção e Socorro (GIPS), e as Brigadas Helitransportadas dos Bombeiros.
- Integrar no Dispositivo distrital os dispositivos previstos nos Planos Operacionais Municipais (POM) das Comissões Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios (CMDFCI).
- Assegurar o reforço rápido de Teatros de Operações de meios Intra-distritais, inter-distritais ou nacionais, terrestres ou aéreos, obtendo, se necessário, a cooperação de outros organismos ou instituições nacionais ou estrangeiras;
- Tornar prioritária a formação dos recursos da FOCON;
- Detectar oportunamente os incêndios florestais;
- Assegurar a articulação das diversas acções de vigilância;
- Despachar de imediato meios de ataque inicial;
- Dominar os incêndios em espaços rurais no seu início;

- Impedir a perda de vidas humanas, e de bens materiais;
- Limitar o desenvolvimento catastrófico dos incêndios;
- Reduzir o número de reacendimentos;
- Assegurar em todas as operações a unidade de Comando, Comunicações e Informações.

OPERAÇÕES: DESCRIÇÃO E OBJECTIVOS

Antecipação da acção

- Acções de vigilância e detecção, sob a coordenação da GNR;
- Pré-posicionamento e patrulhamento de Equipas de Combate a Incêndios;
- Emprego de aerotanques em operações de monitorização aérea armada;
- Movimentação e pré-posicionamento de meios de vigilância e detecção, sob coordenação da GNR;
- Ataque inicial e de reforço em zonas mais susceptíveis a incêndios florestais.

Ataque inicial

- Accionamento, de forma automática, dos meios aéreos de ataque inicial, e brigadas helitransportadas, para distâncias até 30 km para os helicópteros ligeiros e médios, e para distâncias até 50 Km, para os helicópteros bombardeiros pesados.
- Accionamento imediato, e em simultâneo com os meios aéreos, de secções terrestres do GIPS, de Equipas de Sapadores Florestais, de Equipas de combate a incêndios dos CB, de Equipas de Sapadores do Exército, tendo em vista uma acção rápida e incisiva nos primeiros momentos de um incêndio florestal.
- Accionamento imediato de Comandantes de Permanência às Operações (CPO), para avaliação da situação e o comando das forças no Teatro de Operações (TO).
- Emprego de métodos de combate indirecto através da utilização de ferramentas manuais, tractores agrícolas, máquinas de rasto e a utilização racional de fogos tácticos.
- Utilização imediata em Ataque Inicial, de Aerotanques Pesados, visando a minimização do dano potencial previsível.

Ataque Ampliado

- Assegurar, em incêndios não

dominados à nascença, o reforço imediato do TO com Equipas de Combate a Incêndios, Equipas Logísticas de Apoio, dos CB Locais ou de CB Adjacentes.

- Assegurar as decisões tácticas necessárias ao empenhamento em simultâneo de Equipas terrestres para combate ao incêndio na floresta e nas zonas de interface floresta/urbano.

- Assegurar, depois de esgotadas as capacidades do Distrito, o reforço do TO com Grupos de Reforço de Incêndios Florestais (GRIF).

- Assegurar, a margem de manobra necessária ao reforço no Distrito de outros TO, podendo envolver recursos humanos e materiais das restantes organizações integrantes do DECIF.

- Empregar as Equipas de Analistas de Incêndios e as Equipas de fogos Tácticos de Supressão, sob a coordenação do CNOS, na análise de incêndios, e na identificação de oportunidades para utilização de fogos tácticos de supressão.

- Empregar, os helicópteros Bombardeiros Pesados em incêndios de ataque ampliado em "task force", integrando-os no Plano de Acção do Posto de comando Operacional (PCO).

Rescaldo

- Eliminar toda a combustão viva e isolar o material, utilizando prioritariamente ferramentas manuais, tractores agrícolas e ou máquinas de rasto.

- Garantir, após a extinção, a presença de pessoal para consolidar o perímetro ardido.

- Providenciar a requisição imediata de meios da estrutura dos bombeiros, e se necessário, das Equipas de Sapadores Florestais, meios das Forças Armadas e máquinas de rasto.

- Implementar medidas de coordenação de meios, nomeando elementos dos bombeiros que conheçam o TO e funcionem como elementos de ligação e guias para aquela actividade.

Vigilância activa pós-rescaldo

- Distribuir equipas de vigilância no perímetro do incêndio, utilizando prioritariamente Equipas Sapadores Florestais e meios das Forças Armadas.

- Evitar reacendimentos com a intervenção imediata das equipas e meios de vigilância.

- Implementar medidas de coordenação de meios, garantindo a ligação destas ao Posto de Co-

mando Operacional (PCO).

- Assegurar informação permanente ao CDOS sobre o ponto de situação

Reforços de meios e apoio nacional

- Constituir como reserva nacional duas Colunas Nacionais de Intervenção Florestal (CNIF), constituídas por meios dos CB dos Distritos de Lisboa e por meios dos distritos do Porto e Aveiro.

- Accionar meios de outras organizações, públicas ou privadas, para combate, apoio ao combate, apoio logístico ou na consolidação da extinção e vigilância activa pós-rescaldo.

Reforços de meios e apoio nacional

- Garantir a interligação com os países que possuem acordos de cooperação bilateral, especialmente com Espanha, tendo em vista os acordos transfronteiriços.

- Garantir a interligação permanente ao Mecanismo Europeu de Protecção Civil através do Monitoring Information Center da União europeia para troca de informações, de peritos ou meios de ataque e apoio.

ARTICULAÇÃO DAS FORÇAS

Meios terrestres

Desenvolver através das estruturas operacionais dos CB, das Equipas e Brigadas de Sapadores Florestais da DGRF, do ICN, OPF e AFOCELCA e outros agentes presentes no terreno uma rede integrada de ataque inicial, coordenada pelos respectivos CDOS, integrando nestas Forças os meios disponibilizados pelas FA e GNR.

Meio aéreo

- **De Vigilância:**
- Empenhamento em acções de vigilância, realizadas sob a coordenação da GNR.

- **De Reconhecimento, Avaliação e Coordenação:**

- Empenhamento em acções de reconhecimento, de avaliação e coordenação, através de meios próprios permanentes, ou da Força Aérea Portuguesa.

- Helicópteros de Ataque Inicial:

- Empenhamento imediato em incêndios nascentes, com as respectivas Equipas ou brigadas helitransportadas como meios na-

cionais em Apoio Directo aos CDOS, sem prejuízo da sua utilização nacional.

- Envolvimento de Helicópteros Bombardeiros da AFOCELCA em incêndios nascentes, nas áreas da sua responsabilidade e numa faixa de 2 Km em redor dos respectivos perímetros, ou noutras à ordem do CNOS e de acordo com o protocolo AFOCELCA-ANPC.

- **Aerotanques de Ataque Inicial:**

- Empenhamento imediato em incêndios nascentes, como meios nacionais em Apoio directo aos CDOS, sem prejuízo da sua utilização nacional.

- Empenhamento de Helicópteros Bombardeiros Pesados em "Task Force" como meios nacionais, sem prejuízo do seu imediato envolvimento em incêndios nascentes à ordem do CDOS.

- Empenhamento de Aerotanques Médios ou Pesados Anfíbios, como meios nacionais, se prejuízo do seu imediato envolvimento em incêndios nascentes.

ORGANIZAÇÕES ENVOLVIDAS NO DISPOSITIVO ESPECIAL DE COMBATE AOS INCÊNDIOS FLORESTAIS (DECIF)

- Autoridade Nacional de Protecção Civil

- Agentes de Protecção Civil
- Corpos de Bombeiros;
- Guarda Nacional Republicana;

- Polícia de Segurança Pública;
- Forças Armadas;
- Direcção-Geral de Autoridade Marítima;

- Instituto Nacional de Emergência Médica;
- Cruz Vermelha Portuguesa;
- Sapadores Florestais.

- Outras entidades
- Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários

- Direcção-Geral de Recursos Florestais
- Instituto de Conservação da Natureza

- Instituto de Meteorologia
- Polícia Judiciária
- Agrupamento Complementar de Empresas AFOCELCA

- Câmaras Municipais
- Juntas de Freguesia
- Instituto da Água
- Instituto Nacional de Aviação Civil

- Corpos Especiais, ou Entidades, Brigadas e Grupos credenciados
- Organizações de Produtores Florestais e organizações de Baldios

- Corpo Nacional de Escutas
- Associações de Radioamadores Portugueses
- Outras Organizações

MISSÃO DE ALGUMAS ENTIDADES ENVOLVIDAS NO DECIF

Autoridade Nacional de Protecção Civil (ANPC)

- Planeia, define e estabelece, o dispositivo de combate, contribuindo e promovendo a sua articulação com outros organismos e instituições, para a prossecução dos objectivos definidos para a defesa da floresta contra incêndios.

- Assegura o comando operacional integrado de todos os corpos de bombeiros.



- Garante os recursos humanos, materiais e informacionais necessários ao funcionamento do Centro de Coordenação Operacional Nacional (CCON) e dos Centros de Coordenação Operacional Distrital (CCOD).

Comando Nacional de Operações de Socorro (CNOS)

- Dispõe de um Estado-Maior, integrando elementos técnicos da ANPC e de outras entidades intervenientes e apoiantes.

- Acompanha permanentemente a situação e o empenhamento de meios, em estreita articulação com as outras entidades.

- Promove Briefings, para acompanhamento e avaliação da situação, bem como com Órgãos de Comunicação Social para informação quando entender.

- Coordena a actividade dos meios aéreos para o combate a incêndios florestais.

- Acciona os meios de reforço nacionais.

- Determina aos Comandos Distritais de Operações de Socorro, e comunica aos Agentes de Protecção Civil e restantes entidades do DECIF, a implementação do nível de alerta.

Comando Distrital de Operações de Socorro (CDOS)

- Comanda Operacionalmente os Corpos de Bombeiros.

- Assegura o comando operacional das operações de socorro.

- Coordena a actividade de todo o dispositivo de ataque inicial para o combate a incêndios florestais.

- Mantém actualizada a situação relativa a incêndios florestais e ao empenhamento de meios, na sua área territorial.

- Acciona os meios de reforço intra-distritais.

- Dirige e coordena o emprego dos meios sob a sua autoridade, bem como todos os outros meios de intervenção e apoio na área da sua responsabilidade.

- Acompanha permanentemente a situação, através da Sala de Operações do CDOS, em estreita articulação com as outras entidades que colaborem nesta matéria.

- Promove briefings, onde estarão presentes o 1º Comandante Operacional Distrital (CODIS) e/ou o 2º CODIS, e ainda os delegados da GNR, das Forças Armadas, da DGRF, bem como outras entidades que colaborem nesta matéria, para acompanhamento e avaliação da situação.

- Garante a articulação interdistrital das diversas acções de coordenação de meios, através dos elementos de ligação das entidades envolvidas.

- Determina aos Corpos de Bombeiros a implementação do nível de alerta.

- Actualiza as listagens de recursos mobilizáveis de apoio ao combate aos incêndios florestais das entidades públicas ou privadas.

- Remete ao CNOS as listagens de recursos mobilizáveis.

Corpos de Bombeiros

- Os Corpos de Bombeiros desenvolvem todas as acções que conduzam a uma imediata intervenção terrestre ou aérea e ao rápido domínio e extinção de incêndios florestais, potenciando a actuação articulada do dispositivo, bem como as respectivas operações de rescaldo e de vigilância activa pós-rescaldo.

- Cada Corpo de Bombeiros local efectiva também o seu apoio ao Teatro de Operações envolvendo elementos guia para reconhecimento e orientação no terreno das forças dos bombeiros em reforço da sua área de actuação própria.

- Compete a um elemento de Comando do Corpo de Bombeiros, com a responsabilidade da área onde decorre o Incêndio Florestal, a função de Comandante de Operações de Socorro.

Guarda Nacional Republicana

- Nas fases Bravo e Charlie, disponibiliza informação permanen-

te, de apoio à decisão, ao CNOS e CDOS, através do seu oficial de ligação, colocado naquelas estruturas para a coordenação das acções de prevenção, vigilância, detecção e fiscalização.

- Durante os períodos críticos, exerce missões de condicionamento de acesso, circulação e permanência de pessoas e bens no interior de zonas críticas, bem como missões de fiscalização sobre o uso do fogo, queima de sobranes, realização de fogueiras e a utilização de foguetes ou outros artefactos pirotécnicos;

- Investiga as causas de incêndios florestais.

- Exerce a pedido do Comandante Operacional Distrital ou do Comandante de Operações de Socorro, missões de:

- Isolamento de áreas em zonas e períodos críticos

- Restrição, condicionamento da circulação e abertura de corredores de emergência para forças de socorro;

- Escolta e segurança de meios dos bombeiros no Teatro de Operações ou em deslocamento para operações;

- Apoio à evacuação de populações em perigo.

- Garante o início do funcionamento da Rede de Postos de Vigia.

Sapadores Florestais

- Os Sapadores Florestais, independentemente da sua titularidade, intervêm na vigilância e na detecção, sob a coordenação da GNR, e nas acções de ataque inicial a incêndios florestais, sob a coordenação do CDOS respectivo;

- A sua intervenção desencadeia-se à dependência técnica da DGRF, e na dependência operacional do Comandante das Operações de Socorro;

- Os Sapadores Florestais participam também em acções de rescaldo e de vigilância activa pós-rescaldo, desde que requisitados pelo Comandante das Operações de Socorro.

Direcção Geral dos Recursos Florestais

- Enquadra as acções de educação e sensibilização, numa estratégia de comunicação integrada dirigida para o grande público e para grupos específicos da população.

- Promove a formação em contexto de trabalho durante o período crítico para equipas de SF, equipas de fogos táticos de supressão e equipas de analistas de incêndios.

- Disponibiliza máquinas de rasto em função das suas disponibilidades.

- Promove o re-equipamento das equipas de Sapadores Florestais e a disponibilização de rádios para todas as equipas de Sapadores Florestais.

AFOCELCA

- Responsabiliza-se pela 1ª Intervenção nas áreas que se encontram sob sua jurisdição, através de meios aéreos, equipas helitransportadas e equipas terrestres.

- Intervêm de imediato em incêndios nascentes que se declarem numa faixa de 2 Km em redor dos perímetros das zonas de sua pro-

priedade e responsabilidade.

- Apoa o combate a incêndios florestais com os seus helicópteros bombardeiros e Equipas/Brigadas de Sapadores florestais em articulação permanente com o CDOS respectivo.

- Apoa tecnicamente os Postos de Comando Operacional.

- Disponibiliza, e sempre que a situação o justifique, um delegado para integrar o Centro de Coordenação Operacional Nacional (CCON), ou os Centros de Coordenação Operacional Distrital (CCOD) dos distritos onde se localizem áreas que se encontram sob a sua jurisdição e participa nos briefings relevantes do CNOS e CDOS, respectivamente.

Forças Armadas

A colaboração das Forças Armadas será requerida de acordo com os planos aprovados ou quando a gravidade da situação assim o exija, de acordo com a disponibilidade e prioridade de emprego dos meios militares, mas sempre enquadrada pelos respectivos Comandos Militares e legislação específica.

GESTÃO DAS OPERAÇÕES

O comando de qualquer operação de combate a incêndios florestais nascentes é da responsabilidade do Chefe da primeira equipa de intervenção (helitransportada ou terrestre) a chegar ao Teatro de Operações, que assume o comando da operação.

- Logo que chegue uma Equipa de Bombeiros, a responsabilidade do comando da operação passa a ser do Chefe dessa equipa, coordenando com o responsável da força helitransportada, da GNR ou o responsável das Equipas de Sapadores Florestais, se estiverem presentes no Teatro de Operações, até à materialização da sua retirada.

- O não domínio do incêndio no seu início, traduz-se no aumento da complexidade da operação, e da organização do Teatro de Operações, pelo que compete a um elemento de Comando do Corpo de Bombeiros com a responsabilidade da área onde decorre o incêndio, a função de Comandante de Operações de Socorro.

- Com o aumento da dimensão do incêndio, ou em incêndios de maior complexidade, a função de Comandante das Operações de Socorro pode ser assumida pelo CODIS.

- Toda a evolução da cadeia de comando no Teatro de Operações acontecerá, com base nas disponibilidades do momento, numa resposta hierarquicamente adequada, coordenada e imediata à situação.

O reforço do Comando das Operações acontecerá quando:

- A previsão do dano potencial o aconselhar;

- A localização e a situação do incêndio se, depois de avaliação do COS, o exigir;

- Existam mais de cinco Equipas no terreno;

- Seja necessária a coordenação de várias aeronaves;

- Existam vários incêndios em simultâneo na zona;

- O incêndio desenvolve-se na interface floresta/urbano.

COMANDANTE RUI ESTEVES APELA AO APOIO DE TODOS

É essencial conseguir evitar fogos

A questão dos incêndios florestais não pode ser – e não é – trabalhada apenas durante o Verão. Este é um dos assuntos em destaque na conversa que o Comandante Rui Esteves, responsável pelo Comando Distrital de Operações de Socorro de Castelo Branco (CDOS) teve em exclusivo com o Folha Florestal. Rui Esteves lembra que durante todo o ano várias entidades desenvolvem esforços no sentido de prevenir e diminuir o risco de fogos florestais.

Em termos de meios para 2007, o Comandante Operacional Distrital salienta o aumento de “canarinhos” no distrito de 18, em 2006, para 40. Em termos de meios aéreos, o dispositivo consiste em sete aparelhos sedeados no distrito, incluindo três helicópteros, distribuídos pelo Centros de Meios Aéreos de Castelo Branco, Covilhã e Proença-a-Nova.

O responsável lembra ainda que a desertificação que tipicamente marca os distritos do interior torna, muitas vezes, mais complicado o trabalho dos bombeiros do distrito. A limpeza não é feita e os resíduos florestais, altamente combustíveis, criam condições para o alastramento dos incêndios. A chave, para o comandante do CDOS, é uma detecção rápida, que possibilite o ataque ao incêndio ainda na sua fase inicial.

Embora reconheça que o resultado final da área ardida diminuiu bastante em 2006, Rui Esteves diz-se muito preocupado com o elevado número de incêndios que continuam a deflagrar. Por vezes, exemplifica, chegam a haver 30 ao mesmo tempo. Para este Verão, é importante lembrar, mais uma vez, que de todos os cidadãos têm um papel importante para evitar incêndios.

Quais são as novidades para 2007 no dispositivo de combate aos incêndios florestais?

O planeamento que fizemos iniciou-se em Outubro do ano passado, portanto, sentimos que o trabalho de casa está feito a esse nível. Fizemos um planeamento ajustado e atempado, com o envolvimento de todas as entidades, tais como: PSP, GNR, DGRF, Instituto de Meteorologia, Instituto de Conversação da Natureza, associações de produtores florestais, pois todas elas têm responsabilidade sobre esta matéria.

No que diz respeito a meios, o distrito, o ano passado contou com 18 “canarinhos”. Este ano, o distrito passou de 18 para 40 elementos destes. Isto é, passámos de 18 especialistas em combate a incêndios florestais que intervêm a partir dos meios aéreos para 40. Estes 40 elementos vão guarnecer os três helicópteros que estão sedeados no distrito, mais concretamente, no Centro de Meios Aéreos da Covilhã, no Centro de Meios Aéreos de Proença-a-Nova (Moitas) e no Centro de Meios Aéreos de Cas-



telo Branco. Este aumento é a grande novidade no que se refere aos meios humanos e técnicos. No que concerne a meios aéreos, contamos com um dispositivo de sete meios aéreos para 2007.

Em relação aos meios materiais nos corpos de bombeiros, não houve aumento em número de viaturas, houve sim a substituição de algum equipamento obsoleto e a reparação daquele que necessitava de reparações, para que na fase Charlie todos os meios estivessem devidamente preparados e integrados para combater os incêndios florestais.

Ao que se deve o aumento do número de “canarinhos” e de onde vêm os novos elementos?

Estes elementos novos vêm dos corpos de bombeiros. Eles continuam a pertencer ao corpo de bombeiros. E defendemos que assim seja porque, desse modo, continuam a ter o vínculo que os liga aos bombeiros e por estes homens serem, hoje, especialistas em combate a incêndios florestais. Assim, eles serão pessoas com mais formação e maior disponibilidade para colaborar com os restantes colegas nestas áreas. Como isso podem dar aos outros bombeiros mais formação, mais ensinamentos e proporcionar uma partilha de informação, que é importante. Portanto, o facto de eles terem saído dos corpos de bombeiros permite um vínculo aos mesmos e permite que estes conheçam bem o terreno que pisam. Isso é uma mais valia, pois vão intervir em áreas que conhecem bem. Não vamos ter um bombeiro do sul ou do norte de Portugal num concelho do distrito de Castelo Branco, pois não domina bem o terreno. Já estes, são bombeiros que conhecem muito bem o terreno, desde há largos anos. Naturalmente, seleccionamos os melhores para fazerem

parte desta equipa.

Haverá também, ao nível dos meios aéreos, uma inter-ajuda importante entre os distritos, dependendo do local onde acontece o incêndio...

Essa inter-ajuda sempre existiu enquanto partilha de apoio em relação aos distritos vizinhos e em relação ao todo nacional. Isto é, os meios não são nem de um nem de outro distrito: são do todo e quando é preciso, mobilizam-se.

A grande alteração que há em 2007 é que, enquanto nos anos anteriores, quando era necessário accionar um meio aéreo de um Centro de Meios Aéreos pertencente a um distrito vizinho, era necessário ter autorização do respectivo comando distrital para se movimentar o meio. Essa situação, este ano, não se vai verificar. Sempre que existir uma situação em que esse meio está no raio de acção de 30 quilómetros de um local onde é necessária primeira intervenção, o CDOS acciona directamente o respectivo Centro de Meios Aéreos. O objectivo é accionar o meio aéreo com rapidez para que este chegue ao terreno o mais depressa possível e extinga o incêndio num curto espaço de tempo.

Em 2006, as condições meteorológicas foram referidas como um dos factores que contribuíram para uma diminuição global da área ardida. Tem informações quanto ao que se vai passar ao longo do Verão?

Em relação ao que se vai passar ao longo do Verão, naturalmente que não faço futurologia. No entanto, o Instituto de Meteorologia refere claramente que vai ser um Verão quente. Mas há algo que nós não sabemos e que não passa pela futurologia. Sabemos daquilo que foi o Inverno passado. Os registos

indicam-nos que, desde 1931, este foi o Inverno mais quente que tivemos. Com um Inverno chuvoso e quente, naturalmente temos uma circunstância diferente. O facto de haver um Verão quente e humidade levou a que os combustíveis finos – os matos, os pastos – se desenvolvessem muito mais e se criassem condições naturais nas propriedades agrícolas e florestais que dificultam a tarefa de combate aos incêndios florestais.

Uma das novidades no dispositivo nacional de combate aos incêndios é a criação de equipas de analistas de incêndios e especialistas no uso do fogo de supressão para os incêndios mais complexos. Uma das equipas tem base no Centro do país. Essas novidades abrangem o distrito de Castelo Branco?

Foram, de facto, criadas equipas especializadas em análise de incêndios e de fogo controlado. As que estarão na região centro, certamente irão estar onde forem mais necessárias, onde se verificarem mais ocorrências e incêndios com maiores dimensões. É, sem dúvida, uma mais valia para o sistema porque, quantos mais especialistas e técnicos se debruçarem sobre esta matéria e nos apoiarem nos momentos difíceis, mais facilitada será a nossa missão.

Como é feita a articulação destas equipas com o comando distrital?

Sempre que ocorra um qualquer incidente neste distrito, será sempre da responsabilidade deste comando distrital, independentemente da sua dimensão. Essas equipas são integradas na operação como se de qualquer outro meio se tratasse. Sempre que um qualquer meio é alocado para uma qualquer ocorrência, esse meio fica sob a responsabilidade do comandante das operações de socorro. Este coman-

do evolui segundo aquilo que está instituído no sistema de comando operacional. No início poderá ser eventualmente um bombeiro de primeira ou um chefe ou subchefe, vai evoluindo para um elemento de comando e termina, efectivamente, no Comandante Operacional Distrital. Portanto, essas equipas estarão sempre ao dispor de quem comanda a operação, que é o comandante das operações de socorro. É tal qual o que acontece com outros meios, isto é, como quando intervém uma equipa de sapedores florestais ou quando intervém uma equipa do GIPS da GNR. Há um sistema de comando operacional devidamente estruturado, em que existe apenas um comandante das operações de socorro, seja em que momento e circunstância for.

É possível apontar uma causa predominante dos incêndios nesta região?

As causas são uma questão complexa quando se fala de incêndios florestais. Isto porque a maioria das ocorrências fica com a causa desconhecida. E esse é um dos problemas que, no final dos últimos anos, temos apontado nos relatórios que fazemos sobre a matéria dos incêndios florestais. Importa definir quais são as verdadeiras causas dos incêndios. Sem sabermos quais são as causas dos incêndios não podemos ter soluções. Isto é verdade nesta área, como é verdade na área da medicina ou em qualquer outra. Não se pode recetar um medicamento ou uma intervenção cirúrgica sem se saber qual é a doença.

É óbvio que as causas não são uma competência específica do CDOS de Castelo Branco, pois são uma competência da GNR e da Polícia Judiciária. Eu defendo e sempre tenho defendido nesta matéria que importa que cada um responda por aquilo que é a sua competência. Essa não é matéria pela qual nos tenhamos que responsabilizar, mas é, realmente, uma questão que nos preocupa.

Para além de uma boa rede de vigias, com um bom sistema de comunicação, é essencial a qualidade dos acessos para uma rápida primeira intervenção. Conseguir destacar regiões onde os acessos estão em pior estado?

O nosso distrito é o quarto maior do país e, sendo um distrito do interior tem o problema que têm todos os distritos do interior. Isto é, como existe o abandono da propriedade agrícola e florestal, é natural que a questão dos acessos e dos caminhos seja sempre uma questão preocupante e que se coloca em todos os locais. É uma situação generalizada. Nuns locais, por haver culturas e plantações há uma intervenção maior e existe maior movimento de pessoas, com os proprietários por perto. Aí, os acessos são bons. Há outros locais, dos quais os

RUI ESTEVES ASSEGURA

“Queremos apostar na proximidade dos meios”

proprietários estão ausentes e não participam activamente na protecção da sua propriedade. Aí, os acessos são muito difíceis e, por vezes, essa situação dificulta muito o trabalho a quem tem que combater os incêndios, nomeadamente aos bombeiros.

Daí, que no distrito defendamos sempre que há uma tarefa importante na utilização das máquinas de rasto, para arranjar acessos quando eles não existem. Queremos que os bombeiros, os sapadores florestais ou qualquer outra entidade possa chegar rapidamente ao local. É importante, porque, hoje, na floresta e na propriedade agrícola já ninguém vai ao mato, já ninguém vai buscar a caruma do pinheiro para servir de cama para o gado, já ninguém vai fazer limpeza às árvores para as lareiras e fazer lume para cozinhar. Por outras palavras, não retirando o combustível da floresta e da propriedade agrícola, é necessário utilizar máquinas de rasto ou tractores agrícolas quando há um incêndio, para retirar esse combustível que está no solo e se extinguir o fogo.

Qual a sua opinião sobre as equipas de sapadores florestais como corpos de vigia, prevenção e ataque rápido em primeira intervenção nos incêndios florestais?

É sem dúvida uma grande mais valia, não só em termos de incêndios florestais, mas também para o distrito. Passando a explicar. Há um princípio que em protecção civil comungamos que é: “salva quem estiver mais próximo”. E, efectivamente, os sapadores florestais em matéria de incêndios florestais são aqueles que estão mais próximos. Mas há uma mais valia. É que estes elementos são especialistas. Para além de conhecerem muito bem o terreno, conhecem muito bem as culturas, conhecem muito bem os acessos e conhecem muito bem a propriedade agrícola e a propriedade florestal. Naturalmente, os sapadores florestais são um grande elo de ligação e são, sem dúvida, um grande contributo para evitar os incêndios florestais com a sua presença permanente em determinados locais. É um velho ditado que diz que “quem guarda melhor a floresta ou a propriedade é a sombra do dono”. E a verdade é que, não podendo o proprietário estar no local, os sapadores florestais fazem muito bem o trabalho.

Em termos de combate aos incêndios florestais são, com certeza, uma grande ajuda e temos obtido sucesso nos resultados. Devido à sua proximidade evitam que o incêndio comece e, quando começa, conseguem extinguí-lo nos primeiros minutos.

É também de destacar o trabalho de silvicultura e de preven-



ção que fazem no período em que não há grande risco de incêndio florestal. Resumindo, são uma mais valia para o sistema, para o país e, certamente, para os proprietários agrícolas e florestais

Um dos objectivos apontados pela Directiva Operacional n.º 2 deste ano é a redução do tempo de ataque aos incêndios para menos de 20 minutos na grande maioria das situações. Castelo Branco destacou-se o ano passado como um dos distritos que mais rapidamente fez accionar os meios aéreos. O investimento deve ser feito, então, principalmente na detecção dos fogos?

Um incêndio que seja detectado logo no início tem todas as probabilidades de ser extinto no início. Se a detecção é tardia, já será muito mais difícil a sua extinção. A detecção rápida é um objectivo que nós queremos reforçar em 2007. Queremos apostar na proximidade dos meios aéreos; na proximidade e na antecipação, colocando meios dos bombeiros em determinados locais; ter também os sapadores florestais a desenvolver acções de vigilância em dias de maior risco, para poderem rapidamente extinguir o incêndio.

É muito importante para o comando distrital saber onde todas estas forças estão em qualquer momento. Desse modo, num curto espaço de tempo, podemos mobilizar o meio que estiver mais perto, não importa qual for: um avião, um helicóptero, uma viatura dos sapadores florestais, uma viatura da GNR, uma viatura das equipas da medida Agris 3.4 das câmaras municipais... O que interessa é que

rapidamente o incêndio seja extinto. Só há sucesso na operação se esse objectivo for conseguido.

Em 2006, no distrito de Castelo Branco, embora não tenha sido possível reduzir significativamente o número de incêndios que deflagraram, foi possível, com bastante sucesso, reduzir a área ardiada. Ficou satisfeito com esse resultado?

Nunca ficamos satisfeitos. Apesar de, no ano passado, o resultado final em termos de área ardiada ter representado uma redução muito significativa em relação aos

últimos anos – na ordem dos 2 700 hectares, – o que é certo é que continuamos a estar preocupados porque arderam 2 700 hectares. Contudo, continuamos a estar muito preocupados porque houve cerca de 800 ocorrências. Esse é o grande problema: o número das ocorrências. Ou diminuimos de forma significativa o número de ocorrências ou, então, corremos o risco de continuarmos a ter graves problemas.

A questão é que, para uma ocorrência, mobilizam-se todos os meios e a probabilidade de sucesso é elevada. Agora, quando temos 30 ocorrências no mesmo dia, como o ano passado aconteceu, a probabilidade de sucesso é muito menor porque os meios ficam demasiado divididos. Repito: o importante é diminuir o número de ignições. E só se consegue melhorar essa situação se conseguirmos evitar os incêndios. E para isso é preciso o envolvimento de todas as entidades, mas, essencialmente, dos cidadãos, para quem aproveito a oportunidade para pedir ajuda, de modo a conseguirmos o objectivo de ter um Portugal sem fogos. Precisamos dessa ajuda para evitar que, em 2007, tenhamos uma situação catastrófica.

O ano passado verificou-se um acréscimo significativo de voluntariado jovem no distrito, que recebeu alguma formação do CDOS. Este ano também existe um número elevado de voluntários?

Essa operação é da responsabilidade do Instituto Português da Juventude, mas há uma grande interacção entre o Comando Distrital de Operações de Socorro de Castelo Branco e o IPJ local. Já o ano passado resultou bem e man-

temos a situação de parceria e de interface constante, com o IPJ a desenvolver junto dos jovens um trabalho de mobilização e sensibilização para as questões do voluntariado. No entanto, esta parceria é importante para nós numa perspectiva de fazer com que esses jovens, quando vão para o terreno – mesmo que seja para observar – saibam o que devem fazer e o que nunca devem fazer. Queremos que eles sejam uma mais valia e, em momento nenhum, colocar pessoas em risco.

A parceria de 2006 correu muitíssimo bem, houve muitos voluntários e, naturalmente, queremos que essa interacção aumente em 2007. Já fizemos várias acções de formação com o voluntariado jovem do IPJ e estamos disponíveis, não só para dar continuidade a esse projecto, mas também para todos os outros que tenham a ver com acções de sensibilização, informação e formação pública.

Todo o trabalho que tem sido feito no distrito, nos últimos anos, desde a prevenção ao combate aos incêndios poderão fazer o distrito caminhar para uma estabilidade relativamente aos incêndios, pelo menos ao nível operacional?

O que depende de nós, ou seja, o trabalho de casa, tem corrido muito bem: o planeamento, a interligação, a coordenação, a partilha de informação entre todas as entidades. Mas, para que isto tenha sucesso, precisamos que os cidadãos nos ajudem a evitar os incêndios. Esse é o grande apelo. O grande objectivo é conseguirmos, em conjunto, evitar os incêndios. Se os conseguirmos evitar, não teremos que os combater.



GOVERNADORA CIVIL DESTACA OS RESULTADOS DA DIMINUIÇÃO DA ÁREA ARDIDA

Objectivo é reduzir número de incêndios

Quando chega o Verão, a questão dos incêndios florestais volta à ordem do dia e às páginas dos jornais. No entanto, existe todo um trabalho que é desenvolvido ao longo do ano, o qual vai no sentido de criar condições para que, durante os meses de maior risco, seja possível reduzir o número de ignições e área ardida. Alzira Serrasqueiro, Governadora Civil de Castelo Branco e Autoridade Nacional de Protecção Civil no distrito de Castelo Branco destaca esse trabalho, considerando que, nos dias de hoje, o planeamento já é visto como um factor essencial ao bom funcionamento do combate aos incêndios.

O objectivo para 2007, de acordo com Alzira Serrasqueiro, é, acima de tudo, reduzir o número de incêndios florestais relativamente a anos anteriores. A diminuição da área ardida que se verificou, em 2006, no distrito de Castelo Branco deixa a Governadora Civil satisfeita com os resultados a este nível, embora Alzira Serrasqueiro não coloque de lado a hipótese de também aqui se conseguirem melhorias.

Outro aspecto que agrada a Alzira Serrasqueiro é a tradição de voluntariado nos bombeiros portugueses, uma característica que segundo esta responsável é também apetecida por outros países europeus. Castelo Branco é um bom exemplo, com 1500 bombeiros voluntários.

No balanço da época de incêndios de 2006, a Governadora Civil chamou a atenção para as dificuldades que se verificavam no distrito, relativamente à investigação das causas dos incêndios florestais. Hoje, Alzira Serrasqueiro considera-se mais confiante nas capacidades dos agentes responsáveis pela investigação.

Quais os objectivos para a época de incêndios de 2007?

O objectivo que nós temos definido é claramente a redução das ignições, visto que esse é um problema que ainda não conseguimos resolver. As ignições em 2006 ainda continuaram num nível muito elevado. Quanto à área ardida, queremos manter ou, se possível, diminuir, pois em 2006 já foi um objectivo muito bem conseguido. Isto porque, apesar do número elevadíssimo de ignições, tivemos uma área ardida muito reduzida relativamente aos anos anteriores. Esse é o grande objectivo.

Os equipamentos de protecção individual e a segurança dos bombeiros têm sido destacados pela Governadora Civil. Os bombeiros já actuam actualmente em melhores condições de segurança?

Os bombeiros actuam, natu-



ralmente, sempre contra um inimigo muito complicado que é o fogo. E, portanto, nunca podemos dizer que temos o óptimo. Temos aquilo que é possível e tentamos aproximarmo-nos sempre do melhor. Aquilo que se passa em 2007 é que todo o dispositivo presente no terreno está devidamente equipado com equipamentos de protecção individual que estão regulamentados em termos europeus para a segurança dos homens que combatem incêndios: dos capacetes aos óculos, às cógulas, luvas, dolmens, calças e botas. O Governo Civil de Castelo Branco decidiu comprar apenas equipamentos que estejam certificados. E todo o nosso dispositivo tem, de facto, esse equipamento. Inclusivamente, o nosso dispositivo tem, para além desse equipamento, os *fire shelters*. Este equipamento não foi considerado prioritário em todos os lados, mas pode proteger ainda mais.

Seguramente, os bombeiros têm hoje muito mais condições do que tinham até há dois anos atrás. Os nossos bombeiros são um corpo de homens muito bem treinado e muito bem coordenado, e nós podemos dizer que no distrito de Castelo Branco os equipamentos estão todos a ser utilizados.

Quais são as maiores dificuldades que lhe são apontadas pelos agentes do dispositivo de combate aos incêndios?

Eu acho que uma fase destas não é a altura certa para se falar em dificuldades apontadas pelos agentes. Sou Governadora Civil e Autoridade Nacional de Protecção Civil num distrito em que temos agentes muito empenhados e muito bem coordenados. O óptimo não existe na área da segurança contra os incêndios. O que nós tentamos sempre é saber se os meios que temos – humanos e de combate aos incêndios – são os suficientes e os necessários de acordo com o planeamento que fazemos. O planeamento é fundamental nesta questão e o distrito de Castelo Branco é um distrito com um planeamento nesta área muito bem feito, já com muita tradição. Portanto, não é só este ano que se faz o planeamento.

Há outra questão que me parece que é importante. No distrito de Castelo Branco não tratamos a questão dos incêndios apenas de Maio a Setembro. Desde há dois anos a esta parte, desde que eu sou Governadora Civil, nós tratamos esta questão de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro. Portanto, no que diz respeito ao ano de 2007, desde Novembro que nos preocupamos diariamente com a questão do combate e da segurança das pessoas e dos bens face ao fogo.

Desde Novembro que nós reactivamos todo o nosso planeamento. Foi todo revisto e actualizado porque as condições não são iguais de ano para ano.

Inclusivamente, os próprios factores de risco alteram-se anualmente. As condições climatéricas também são completamente diferentes e nós temos tido, a esse nível, a preocupação de nos actualizarmos quase ao momento, de maneira a que possamos responder de uma forma mais eficaz. O nosso objectivo, como referi, é a segurança das pessoas e dos bens.

No distrito de Castelo Branco, nós temos um planeamento ajustado durante todo o ano e, face a isso, não se coloca a questão dos agentes estarem com maiores ou menores dificuldades. Depois, este planeamento envolve um conjunto de agentes de protecção civil como os bombeiros, GNR, e scutvias, estradas, electricidade, etc. E este conjunto de agentes é envolvido desde o início no planeamento e é co-responsabilizado, portanto não há lugar a esse tipo de problemas. Todos os agentes estão empenhados e são responsabilizados num conjunto que, no fundo, só é coordenado por mim.

No balanço da época de incêndios de 2006, chamou a atenção para a necessidade da instalação de uma secção da Polícia Judiciária no distrito, de forma a tornar mais rápida a investigação dos incêndios florestais. Essa sua vontade é concretizável?

Na altura em que eu falei, debatimo-nos, no distrito, com algumas dificuldades no que toca à investigação das causas dos incêndios. E essa minha intervenção provocou, de alguma maneira, uma atitude excelente por parte das entidades competentes. Devo referir o papel desempenhado pelos elementos da GNR, que estão sempre no terreno, preocupados com a definição da causa dos incêndios.

O facto de não termos Polícia Judiciária no distrito de Castelo Branco, de alguma maneira, levantava-nos algumas questões, devido à nossa dependência face à Guarda, numa parte do distrito, e a Coimbra em outra parte do distrito. Na fase em que falei disso, eu própria não conseguia perceber muito bem porque é que, em determinadas situações, nós não tínhamos uma resposta concreta aos problemas. Hoje, essa situação está muito bem esclarecida. O facto de não haver uma área da responsabilidade da Polícia Judiciária no distrito de Castelo Branco está ultrapassado, pois a forma como a Polícia Judiciária está organizada leva a que eu esteja bastante mais confiante. O director da Polícia Judiciária regional, de Coimbra, tem estado quase permanentemente em contacto comigo e com as forças de segurança do distrito. Eu hoje já não tenho dúvidas. Também não tinha que as ter, naturalmente, visto que isso é uma actividade

que compete especificamente à Polícia Judiciária e às forças de segurança que estão no terreno e que a apoiam. Mas eu hoje noto uma preocupação muito maior e penso que esse problema já não se põe.

Expressou também a intenção de ver criadas equipas permanentes de primeira intervenção nos corpos de bombeiros. O voluntariado nos bombeiros tem tendência a terminar?

Não. Isso não está em causa. Portugal é um exemplo europeu em termos de voluntariado no ramo dos bombeiros que os outros países da Europa, por vezes, invejam. Muitos lamentam não ter um voluntariado nos bombeiros como nós temos em Portugal. E penso que, aqui, é obrigatório que a Governadora Civil de Castelo Branco refira que tem um corpo de voluntários no distrito que é exemplar. Muitas vezes, esqueço-me de que eles são bombeiros voluntários, pois a forma como eles desempenham a missão deles em todas as situações é notável, é quase um corpo profissional de bombeiros. Aproveito para referir que o distrito de Castelo Branco tem 1500 bombeiros, o que é notável porque não são todos os distritos pequenos como nós – com 12 corporações – que se podem gabar de ter 1500 bombeiros voluntários. E são bombeiros que vemos muitas vezes em actuação. Na época dos incêndios nós vemos quase todos estes homens a combater nas situações mais complicadas. Por isso, abandonar o voluntariado nem pensar, pois parece-me que é importantíssimo manter esta marca que temos em Portugal.

Agora, é evidente – e mantenho isso – que o Governo definiu, e muito bem, já este ano, a criação de corpos profissionais de primeira intervenção nos bombeiros. Isto leva a que haja corpos de bombeiros mistos. Ou seja, vai haver equipas mistas de voluntários e de profissionais porque durante todo o ano é preciso poder dar resposta a várias situações. Não são apenas os incêndios florestais que estão em causa. Há muitas outras situações que podem a qualquer momento requisitar a intervenção destes agentes, que são a coluna dorsal da protecção civil. Nós podemos vir a necessitar realmente dos corpos profissionais. Aquilo que eu defendo é o mesmo que o Governo já definiu, pois defendo, há muitos anos, a ideia de haver equipas mistas de bombeiros profissionais e voluntários, que se articulam perfeitamente porque são bombeiros. Aí não haverá nenhum problema. O distrito de Castelo Branco, em 2008, vai já ter equipas mistas a funcionar.

Os Planos Municipais de De-

defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) são um instrumento criado pelo Governo para tornar mais eficaz a defesa dos municípios contra os fogos florestais. Os municípios do distrito de Castelo Branco já entregaram todos os respectivos PMDFCI?

Os 11 concelhos do distrito de Castelo Branco têm já entregues os PMDFCI e isto é algo que eu tenho que referir como um factor extremamente positivo. Não sei o que se passa no resto do país. Sei aquilo que se passa no meu distrito e o que tenho a dizer é que todos os 11 municípios têm já os seus planos entregues e em funcionamento.

O que podem resolver estes Planos?

Podem resolver muito. Os PMDFCI são planos onde estão definidas todas as zonas de risco e os factores de risco. Isto é o tal planeamento que nós defendemos há muitos anos e que é fundamental. Em função dessas zonas de risco e dos factores de risco são desencadeados os mecanismos para combater e para mitigar esse mesmo risco. Estes planos são fundamentais por isso mesmo. Sem planeamento tudo é deixado ao acaso e nada se faz. Essa não é a nossa maneira de estar. A nossa maneira de estar é funcionar bem, mas com muito planeamento.

O Governo abriu em 2006 um concurso público para a criação de centrais de produção de electricidade a partir biomassa florestal, sendo que algumas irão situar-se no distrito de Castelo Branco. Tem confiança de que esta região tem capacidade para permitir a rentabilidade das centrais?

Não tenho dúvidas nenhuma sobre essa questão. Primeiro, nós estamos no distrito que ainda tem o grande pulmão verde de Portugal; depois, a nossa capacidade de trabalho foi sempre uma característica importante em termos nacionais. O distrito de Castelo Branco sempre teve agentes e empresários activos, de arregaçar as mangas e de não deixar que os outros façam o trabalho por si.

As centrais a biomassa que se vão instalar no distrito são vitais para o nosso desenvolvimento económico. Não é a situar aqui fábricas com recurso a matérias-primas que tenham pouco a ver connosco que nós vamos conseguir esse desenvolvimento económico. Todas as empresas são bem vindas, mas com algumas nós sabemos que corremos o risco de as ver deslocalizarem-se daí a uns anos por qualquer razão que não podemos controlar.

As centrais a biomassa vão permitir a criação de mais emprego no distrito, sendo que o desenvolvimento económico é também consequência disso. E, por outro lado, vão dar um apoio enorme nesta área de que temos vindo a falar. O aproveitamento dos resíduos da floresta é vital para essas centrais e é vital para a prevenção dos fogos florestais. Se nós tivermos onde colocar os resíduos da limpeza da floresta, estamos a desenvolver o distrito porque os colocamos nessas centrais. Acredito que temos muitos resíduos e acho que vamos ter aqui massa crítica suficiente. Os distritos que nos envolvem, naturalmente, também vão ter que utilizar o distrito de Castelo Branco para rentabilizarem as centrais.

AINDA NÃO EXISTEM ZIF'S NO DISTRITO DE CASTELO BRANCO

Ausência de Zif's não surpreende Governadora

Dois anos depois de publicada a legislação que regulamenta as Zonas de Intervenção Florestal (Decreto-Lei Nº 127/2005), ainda não existe qualquer ZIF constituída no distrito de Castelo Branco. A complexidade do processo e as características da região – onde predomina o minifúndio – são as principais razões apontadas para justificar a demora. No entanto, ressalva a Governadora Civil, várias ZIF's estão já nas etapas finais do processo de constituição.

Foi ainda em 2005 que o Governo legislou as Zonas de Intervenção Florestal (ZIF's). Dois anos depois ainda não foi possível constituir-se nenhuma no distrito de Castelo Branco. Essa situação surpreende-a?

Não me surpreende nada. Quem acompanhou o processo, lembrar-se-á que a Governadora Civil se empenhou pessoalmente na constituição de ZIF's. As primeiras reuniões sobre ZIF's foram todas realizadas no Governo Civil, com a minha presença, pois eu própria assumi a condução desse processo, com os elementos envolvidos. Isto porque as ZIF's têm uma importância vital para a nossa floresta, em todas as vertentes. A constituição, na nossa opinião – e bem – partiu desde o início do envolvimento das autarquias. Refiro-me às autarquias até à sua expressão mais próxima das populações. Essas reuniões foram desencadeadas no Governo Civil, com todas as câmaras municipais e juntas de freguesia que quiseram participar.

Em boa hora o Governo português entendeu desencadear esta forma de organização das zonas e propriedades florestais do nosso



país. Sabendo nós que estamos num país pobre e não num país de rico – como eventualmente pareceu durante alguns anos; e sabendo nós que muitos proprietários já não têm condições económicas ou em razão da sua idade para proteger a sua própria floresta, esta é a única forma possível de se ter um ordenamento florestal para ser levado a sério. Em especial no distrito de Castelo Branco, que é uma zona de minifúndio. Como se sabe, a floresta demora anos a constituir e, neste momento, tudo aquilo que

possa já estar a ser feito será visível daqui a 10/20 anos, dependendo, naturalmente, do tipo de ordenamento florestal que esteja a ser feito.

O distrito de Castelo Branco é muito complexo e, como referi, é uma região onde o minifúndio impera. Não é fácil fazer perceber aos pequenos proprietários a necessidade de organização em grupos de pelo menos um certo número de proprietários e com uma área mínima estabelecida por lei; fazer perceber que aquele território con-

tinua a ser seu, mas que pode ser melhor defendido se for tratado de uma forma conjunta e organizada. Por isso, não me surpreendeu que não tenhamos efectivamente ainda qualquer ZIF constituída. No entanto, temos em fase adiantada 16 ZIF's para serem constituídas na região. De acordo com a definição de NUT's, nós também já contamos com as ZIF's de Mação que, em termos de NUT 3 ficam agrupadas à nossa zona do Pinhal. E para nós isso é muito importante, visto que Mação é uma zona de continuidade florestal com uma parte importante do nosso distrito. Preocupa-nos muito a questão da descontinuidade florestal e a necessidade de criarmos zonas de protecção e de diminuição de risco, porque hoje atravessamos o distrito todo e continuamos a perceber que apesar das estradas e das auto-estradas e até de alguns caminhos da rede primária ainda temos pouca protecção nessas zonas, o que nos pode levar a situações complicadas.

Recapitulando, não me surpreende que ainda não existam ZIF's constituídas porque no Litoral ou no Alentejo, onde há poucos proprietários e a zona não é de minifúndio é mais fácil constituir ZIF's. Aqui, as ZIF's têm, de facto, uma dificuldade que se deve a sermos uma zona de minifúndio. Contudo, penso que o caminho percorrido é extremamente importante e considero que, neste momento, já há condições para dizer que iremos ter sucesso neste combate daqui a alguns anos. O resultado do trabalho só será visível a médio e a longo prazo, porque a floresta não é apenas plantar uma árvore.





JOSÉ BERNARDINO, NÚCLEO FLORESTAL DA BEIRA INTERIOR SUL

Temos que implementar a rede primária

Ao longo de todo o ano, a Direcção Geral do Recursos Florestais (DGRF) tem a responsabilidade de coordenar a estruturação da floresta, desenvolvendo acções que permitam evitar a deflagração de incêndios e minimizar as suas consequências.

Nos meses de Verão, porém, a DGRF ganha novas responsabilidades, sobretudo, através da tutela das equipas de Sapadores Florestais, as quais desempenham um papel importante, na vigilância e na primeira intervenção a fogos florestais.

José Bernardino, o responsável pelo Núcleo Florestal da Beira Interior Sul da DGRF, defende o trabalho dos proprietários e das associações de produtores florestais, considerando que, numa floresta maioritariamente privada como a nossa, apenas com a participação das pessoas é possível o Estado conseguir bons resultados. As Zonas de Intervenção Florestal (ZIF), de acordo com José Bernardino, serão a base de todo o trabalho de estruturação das áreas florestais. Embora desagradado com a inexistência de ZIF's no distrito, o responsável confia que brevemente irão começar a surgir as primeiras ZIF's oficialmente constituídas.

Os Gabinetes Técnicos Florestais, criados pelas autarquias do distrito de Castelo Branco, estão encarregues de implementar os Planos Municipais de Defesa da Floresta contra Incêndios. José Bernardino refere que a DGRF tem acompanhado este trabalho e pretende organizar e harmonizar todos os planos, promovendo um enquadramento que seja comum a todas as autarquias e uniformizando o trabalho que é desenvolvido pelos vários gabinetes.

Em 2006 registou-se uma diminuição significativa na área arida relativamente aos anos anteriores. O que explica esses números?

Começo com um ditado muito antigo, que é: "o homem põe, Deus dispõe". É evidente que muita coisa tem vindo a ser feita



nos últimos anos para minimizar a possibilidade de ocorrência e propagação de incêndios florestais. No entanto, também temos que assumir uma coisa, que é a importância das condições climáticas, se adversas. Estamos num distrito onde, por vezes, a temperatura e a humidade no pregam algumas partidas.

Repito: ao longo dos anos temo-nos vindo a preparar para minimizar este problema. No entanto, não é fácil. Tem sido um trabalho árduo, no qual muita gente tem estado empenhada. Refiro-me a todas as pessoas que estão envolvidas, sobretudo a muitos proprietários florestais dinamizados – honra seja feita – por muitas associações.

Depreende-se das suas palavras que grande parte do trabalho cabe aos proprietários florestais...

Nós estamos numa área de propriedade privada. Caberá, em primeiro lugar aos proprietários uma forte intervenção. É evidente que o Estado não se pode dissociar desta responsabilidade: o Estado visa a segurança de pessoas e bens. E o Estado tem vindo a colocar ao dispor das pesso-

as alguns instrumentos que permitem, em primeiro lugar, criar condições para estruturar o espaço rural. Neste momento, o Ministro da Agricultura tem vindo a dizer que tudo vai passar pela constituição das Zonas de Intervenção Florestal e, nas ZIF's está previsto o Plano de Defesa da Floresta Contra Incêndios. Ora, é evidente que não há ZIF's sem proprietários. As pessoas, no fundo, são a base de todo este trabalho.

A DGRF desempenha funções importantes na organização e estruturação do espaço rural. O que tem sido feito a esse nível?

No distrito de Castelo Branco nós temos toda a rede primária desenhada, que é o mais fácil. Temos que ser corajosos e partir para a implementação desta rede. A rede primária visa, principalmente, estruturar o espaço rural, procurando criar condições para que não sucedam grandes incêndios. Para além disso, também cria condições de segurança para promover o combate. Como eu disse, isto está tudo desenhado. Estamos agora a partir para uma fase de implementação da rede primária e acredito que, a curto prazo, começaremos a ter

acções muito objectivas no terreno.

Também há casos onde autarquias e proprietários têm vindo, de forma empenhada, a criar zonas de protecção aos aglomerados populacionais. É importante fazer eco desta situação.

Tudo isto é um trabalho que se tem vindo a executar, que leva, naturalmente, o seu tempo. E é um trabalho difícil porque, muitas vezes, quando se acaba numa ponta já está a outra ponta a precisar. Mas é um trabalho que tem que ser feito e eu penso que nós seremos capazes de o fazer.

Agora, durante a época de incêndios, qual é a actuação da DGRF?

Neste momento nós temos no distrito 23 equipas de sapadores florestais. Naturalmente, a vigilância e o combate são responsabilidade de outras entidades. A DGRF tem a seu cargo a orientação técnica dos sapadores e estamos a trabalhar activamente neste processo. São 115 pessoas que estão a trabalhar neste distrito, pelas quais temos muita consideração, mas temos que, no fundo, centralizar interesses para pôr as pessoas a

funcionar cada vez melhor.

A DGRF, este ano, está a fazer um esforço grande ao nível dos equipamentos de protecção individual, mas acredito que é o princípio de um trabalho que tem que ser continuado.

Um recente relatório do ISA e ISCTE, que foi acompanhado pela DGRF estudou diversos concelhos portugueses, ao nível dos incêndios florestais, entre os quais Proença-a-Nova. O concelho foi escolhido devido ao elevado número de incêndios e de área ardida, para além da sua diversidade agrícola e florestal. Neste concelho, vários dos responsáveis que participaram no estudo acreditam que o incendiário propositado é a principal causa dos incêndios. Partilha dessa opinião?

Há incêndios provocados por causas naturais. Há incêndios em que a causa é o descuido ou o desleixo das pessoas. Porém, particularizando o caso de Proença-a-Nova - e eu acompanhei um pouco o processo o ano passado - devo dizer que há causas anormais, porque a forma como tudo aconteceu não foi normal. Não posso afirmar objectivamente que se trata de incêndio criminoso porque eu não vi, mas a forma como as coisas aconteceram não foi normal. Nós podemos tirar ilações. Não sei tirar conclusões, mas ilações podem-se tirar. De facto, não foi um processo que possamos considerar normal. Eu acredito que alguma coisa haveria, contudo também acredito que já foram tomadas algumas medidas para tentar evitar que situações dessas se propaguem no espaço e no tempo. Agora vamos ver como as coisas vão funcionar.

Refere-se a medidas de prevenção e vigilância?

Estou a falar de medidas de prevenção, medidas de vigilância e outras que se irão tentar implementar a curto prazo, para garantir uma maior segurança a pessoas e bens. No fundo, esse é o objectivo.

➤ **Contacte-nos! AFLOBEI – Associação de Produtores da Beira Interior • Av. Gen. Humberto Delgado, 57 – 1.º, 6000-081 Castelo Branco**

Telf. 272325741 Fax: 272325782 E.mail: aflobei@netvisao.pt

Quero tornar-me Associado da AFLOBEI.

Quero marcar entrevista / reunião.

Nome: _____

Profissão: _____

Morada: _____

Localidade: _____

Código Postal: _____

Telefone: _____ Fax: _____

Mail: _____

EM ARTICULAÇÃO COM GNR E ANPC

Sapadores Florestais actuam na vigilância e primeira intervenção

A DGRF tem acompanhado o desenvolvimento dos Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) dos concelhos do distrito de Castelo Branco?

A DGRF tem vindo a dinamizar, felizmente, os PMDFCI e os Planos Operacionais Municipais (POM). Há uma coisa que eu quero fazer, de forma muito clara, que é prestar a minha homenagem aos técnicos dos Gabinetes Técnicos Florestais que têm vindo a trabalhar neste processo.

Depois de uma fase mais difícil, nós estamos a tentar organizar e harmonizar todos os processos, de modo a que, estes planos falem a mesma linguagem, para que todos possamos entender o que lá está. Há vários aspectos que eu posso salientar. Nós queremos harmonizar caminhos e queremos harmonizar pontos de água. Isto é, para todos os concelhos, queremos ter uma base de dados uniforme. Felizmente, a DGRF tem nos seus quadros um técnico com alguma formação neste aspecto e que tem vindo a dinamizar reuniões com todos os Gabinetes Técnicos Florestais do distrito. Estamos no princípio de um trabalho, mas acredito que a curto ou médio prazo vamos ter PMDFCI muito mais objectivos, mais de acordo com a realidade e mais sincronizados entre si. E vamos, igualmente, ter POM muito mais objectivos.

No Verão, os Sapadores Florestais das organizações de produtores florestais irão estar sob tutela da DGRF. O estruturamento e o planeamento do serviço dos Sapadores Florestais são os mesmos do ano passado? Existem alterações estratégicas?

Alterações estratégicas existem, visto que decorrem da própria legislação, em que a GNR tem a responsabilidade da vigilância. Os sapadores florestais também trabalham em acções de vigilância. E também desempenham acções de primeira intervenção, sendo que a primeira intervenção é igualmente da responsabilidade da Autoridade Nacional de Protecção Civil.

Agora, há um esforço que estamos a fazer que é o de articular entidades, promover a melhoria da comunicação entre as entidades, para que a informação circule o mais depressa e o melhor possível. Dessa forma, todos teremos acesso à informação e seremos muito mais eficazes no trabalho.

A DGRF tem a responsabilidade técnica dos sapadores. Não fugimos a essa responsabilidade e queremos de uma forma muito honesta e concreta trabalhar cada vez mais e melhor nesse processo, mas assumindo que é um processo difícil que pode ter falhas.

Onde vão estar localizadas as equipas de sapadores florestais?

As equipas de sapadores vão exercer uma vigilância armada nos dias de maior risco de incêndio flo-



restal, com um horário específico. Nós não queremos que as equipas de sapadores circulem da mesma forma ou que circulem por circular. Queremos que elas façam um trabalho organizado, estruturado e que existam locais estratégicos de estacionamento, onde as equipas de sapadores, para além da actividade de vigilância possam estar sempre próximas, tendo em vista uma eventual primeira intervenção. Isto é, queremos que os sapadores estejam sempre disponíveis para tudo aquilo que for necessário.

É evidente que toda essa articulação é realizada com base no planeamento que foi feito antecipadamente. E toda essa articulação está vertida no POM. Portanto, basicamente, eles vão estar em locais estratégicos

onde possam garantir o melhor trabalho possível. Por melhor trabalho possível entende-se fazer a melhor vigilância possível, trabalhar numa perspectiva de dissuasão em termos de incêndios florestais e, sempre que houver qualquer incêndio, tentar que os sapadores sejam rápidos a chegar ao local para apanharem o fogo logo no princípio, de modo a que este seja fácil de extinguir.

As ZIF são instrumentos privilegiados pelo Governo português para a estruturação do espaço florestal. Já esperava ter ZIF's constituídas nesta região?

Se me perguntar se eu gostava – gostava. Se me perguntar se desejava – desejava. Mas tenho que referir que o processo é algo complexo.

E temos que distinguir duas coisas: os concelhos que têm cadastro e os concelhos que não têm cadastro. O que se tem vindo a verificar é que nos concelhos que têm cadastro o processo é mais simples. Nos concelhos onde não há cadastro o processo é mais complexo. Mas acredito que a curto prazo vamos ter ZIF's. Felizmente, temos cerca de uma dúzia de ZIF's que estão a entrar na fase de requerimento ao Ministro da Agricultura, que é a última fase.

As ZIF's passam por várias fases. Primeiro a audiência prévia, depois a consulta pública, depois a audiência final e só depois é a fase de requerimento ao Ministro da Agricultura. Temos muitas ZIF's já nessa última etapa.

Mas antes de começar este processo existe um grande trabalho de casa, que muita gente já fez. E, portanto, este processo legal que se tem vindo a concretizar está baseado no trabalho de casa de muitas pessoas e associações que não desanimam e que querem andar para a frente. Nós tentaremos estar cá para ajudar e para apoiar.

O regulamento das ZIF prevê o incentivo à certificação da gestão florestal nas áreas de ZIF. O que pode a certificação acrescentar às ZIF?

A certificação pode acrescentar muita coisa. Pode acrescentar mais valias em termos de qualidade, mais valias em termos de preço e de mercado. Ou seja, toda uma série de mais valias que temos que saber equacionar. Um produto certificado tem muito mais valor financeiro do que um produto não certificado. Ainda por cima, corremos outro risco que é a possibilidade de a médio prazo só se poderem comercializar produtos com origem certificada. É evidente que com esta estrutura de propriedade e com esta dimensão, as ZIF's

serão a base desse trabalho. Assim, se nós formos capazes de levar avante todo este trabalho das ZIF's – e acredito que somos –, também estamos a trabalhar no processo de certificação, que pretende, no fundo, criar condições de maior rentabilidade para os proprietários florestais.

Falando ainda do regulamento das ZIF. Os não aderentes que estejam inseridos em áreas de ZIF terão que ter um Plano de Gestão Florestal aprovado pela DGRF. A DGRF tem capacidade para realizar essa fiscalização e fazer cumprir a lei?

A DGRF adaptar-se-á às circunstâncias a que for obrigada. De facto, não faz sentido que existam pessoas, dentro de uma área bem gerida, que não estejam a gerir as suas propriedades. Por isso, a DGRF, em harmonia com as entidades gestoras das ZIF's vai providenciar essa situação.

Os Planos Regionais de Ordenamento Florestal (PROF) foram publicados no ano passado, divulgando indicações e recomendações para a organização dos espaços florestais. Essas orientações estão a ser colocadas em prática?

Os PROF abrem portas e apresentam pistas para esse processo de organização. Eu acredito que com as ZIF's e com a saída do novo Quadro Comunitário de Apoio começam a criar-se condições para que essas metas sejam cada vez mais objectivos concretizáveis. E isso é que é importante. Nós sabemos que há toda uma série de iniciativas que estão em marcha e uma série de trabalhos que temos que concretizar, os quais temos que enquadrar no PROF. É esse trabalho que nós vamos promover a seguir. Neste momento temos grandes áreas ardidas que necessitam de ser tratadas, nomeadamente as áreas de 2003, e toda uma série de investimentos à espera de serem concretizados com o novo Quadro Comunitário de Apoio. E aí terá que haver uma harmonização de todos estes interesses e a articulação com os PROF.

Os produtores florestais são de algum modo incentivados a cumprir as orientações? Existe alguma obrigação legal?

A maior obrigação legal que vai haver será o tipo de incentivos que vão existir. Como exemplo, voltamos às ZIF's. Quem estiver dentro de uma ZIF e quiser apresentar um projecto no âmbito de uma ZIF é financiado prioritariamente em detrimento de um proprietário que esteja fora de uma ZIF ou que não adira a uma. Que me perdoem as pessoas, mas a selecção vai ser feita a partir da base do financiamento ou não financiamento porque, infelizmente, investir em floresta ainda é um processo algo complicado. As pessoas ainda vão motivar-se mais para aderir às ZIF's quando verificarem as mais valias económicas que também têm com este processo.



TENENTE CORONEL HÉLDER ALMEIDA GARANTE QUE NOVAS FUNÇÕES ESTÃO CONSOLIDADAS

GNR coordena vigilância e detecção de incêndios florestais

A Guarda Nacional Republicana adquiriu o ano passado competências mais alargadas em matéria de incêndios florestais, onde se destaca a actuação na vigilância (22 postos de vigia) e detecção de incêndios e a responsabilidade pela coordenação de todas as entidades envolvidas nessas acções.

Com a experiência adquirida em 2006, o Tenente-Coronel Hélder Almeida, Comandante do Grupo Territorial da GNR de Castelo Branco, considera que o dispositivo da GNR está, este ano, com melhores aptidões para desenvolver as suas – ainda recentes – competências. A investigação às causas dos incêndios florestais é um exemplo da evolução da GNR, com a formação de novos elementos a possibilitar uma melhor preparação da GNR para o desempenho desta função.

Em 2006, o Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios trouxe novas competências à GNR no âmbito da defesa da floresta contra incêndios florestais. Em 2007, a GNR já está mais adaptada a essas novas funções?

Está com certeza, fruto da experiência adquirida o ano passado. Corrigimos os erros e algumas falhas que foram detectadas, por isso, este ano podemos dizer que estamos mais aptos para essas novas atribuições e competências. Para além disso, os elementos que estão empenhados em algumas funções mais específicas já têm uma “época” de incêndios, na que adquiriram bastante experiência. Portanto estão em melhores condições para desempenharem as atribuições.

Qual está a ser actuação da GNR no âmbito dos incêndios flo-



restais?

A GNR actua na vigilância e detecção dos incêndios, que é uma das missões que passou a ser responsabilidade da GNR, assim como a coordenação de todas as entidades envolvidas nestas áreas de acção. Actua no patrulhamento das matas, de forma a evitar a deflagração de incêndios de origem dolosa e negligente; actua ao nível da sensibilização das populações para alertar para os cuidados com a utilização do fogo, para as alertar para a limpeza de matas na proximidade das áreas urbanas, explorações agropecuárias, etc. E vai actuar, também, em estreita coordenação com a Autoridade Nacional de Protecção Civil no sentido de dar

apoio às acções de combate no terreno, proceder à evacuação de pessoas, criar corredores de circulação, facilitar, aos meios de combate, o acesso aos locais de incêndio.

Que análise faz do desempenho e do contributo da GNR desde que adquiriu novas funções?

Eu penso que o balanço que se faz é francamente positivo. Basta ver os resultados que foram alcançados o ano passado, quando a GNR teve, pela primeira vez, equipas de protecção e socorro ligadas ao combate aos incêndios florestais e esteve, pela primeira vez, associada e com toda a responsabilidade da coordenação, à vigilância e detecção de incêndios florestais. É

certo que o resultado obtido não é só consequência do aparecimento da GNR na estrutura, mas, seguramente, isso também terá algum peso nos resultados alcançados.

Que meios tem a GNR para a vigilância e detecção no distrito de Castelo Branco?

A GNR, ao nível da vigilância e detecção, coordena 22 postos de vigia; coordena todas as entidades que estão ligadas à vigilância e detecção; e coordena o meio aéreo, que pela primeira vez foi colocado à responsabilidade da GNR.

Ao mesmo tempo, coordena todos os meios que são colocados no terreno para fazer patrulhamento, desde meios huma-

nos a meios materiais, de forma a que as ignições sejam detectadas o mais precocemente possível. O objectivo é permitir o combate aos incêndios na sua fase inicial e, também, por outro lado, evitar que exista um número significativo de ignições.

Alguns militares da GNR têm recebido formação ao nível da investigação das causas dos incêndios florestais. A GNR vai passar a ter um papel mais activo a este nível?

Não. A GNR tem basicamente as competências que já tinha. O que sucede é que à medida que vamos tendo mais gente com formação para a investigação das causas dos incêndios florestais, vamos tendo melhores condições para desenvolver essa actividade, na instauração dos inquéritos, na procura de pessoas que possam estar ligadas ao deflagrar dos incêndios, etc. Ou seja, sendo as competências essencialmente as mesmas, estamos melhor preparados para desempenhar a função.

Existem elementos do Grupo Territorial de Castelo Branco que receberam formação a esse nível?

Existem vários elementos. Já há alguns anos haviam elementos com essa formação e, mais recentemente, outros foram também adquirir formação nessa área. Espero que, cada vez mais, isso vá acontecendo, até porque parte do distrito é, essencialmente, florestal, com uma incidência muito grande ao nível de incêndios. Portanto, quanto mais pessoas tivermos com essa habilitação, mais facilmente se trabalhará em termos de inquéritos e, eventualmente, mais facilmente se irá chegar aos autores dos incêndios com origem dolosa.

Sepna tem sete equipas no distrito

O SEPNA (Serviço de Protecção da Natureza e do Ambiente), instituído no seio da GNR é um serviço com preocupações ambientais. Uma análise das estatísticas no site da GNR revela nitidamente que este serviço tem, a cada ano, demonstrados resultados mais visíveis, em especial, no âmbito de crimes relativos a incêndios, fauna, caça e pesca. Este aumento de infracções é sinal de uma maior aposta da GNR nesse sector?

Penso que sim. O aumento do número de casos pode estar relacionado com dois aspectos: o aumento da prática de crimes – não quer dizer que esteja, mas pode reflectir isso –, ou o aumento da eficácia da acção do SEPNA. É evidente que o SEPNA é um serviço de referência da GNR. É reconhecido por várias instituições e pela população em geral que este serviço

tem vindo a desenvolver um papel muito importante nas questões ambientais. A medida que vai ficando mais implementado, os elementos vão adquirindo mais experiência, novas capacidades, e vão conseguindo melhores condições para desenvolver a sua actividade. Assim, com certeza, os resultados vão aparecendo. É uma área sensível e que nos preocupa a todos, onde a GNR, sem falsas modéstias, tem tido um papel muito importante.

Existem zonas específicas para onde estejam destacadas equipas do SEPNA?

Existem. Na região temos cinco equipas do SEPNA que estão colocadas junto de cada destacamento, mais concretamente na Covilhã, Fundão, Castelo Branco, Sertã e Idanha-a-Nova. A essas somam-se duas outras

equipas dedicadas a áreas mais específicas. Uma equipa para o Parque Natural do Tejo Internacional e outra para a Reserva Natural da Serra da Malcata.

Que trabalho desenvolvem estes ex-guardas florestais, agora durante o Verão e depois no resto do ano?

Estes elementos fazem várias coisas. Fazem a vigilância da floresta, a fiscalização de todas as questões ligadas à floresta e ambiente – como na caça e na pesca –, uma vez que integram o SEPNA. Na época de Verão estão mais vocacionados para a problemática dos incêndios florestais. Para além disso, também fazem a validação de áreas ardidas, que é um trabalho complexo, exigente e que exige bastante tempo, sobretudo se houver um número significativo de incêndios florestais.

PSP mais activa em matéria de fogos florestais

A Polícia de Segurança Pública do distrito de Castelo Branco começou este ano a ter um papel mais activo no acompanhamento das acções inseridas no âmbito dos incêndios florestais, acompanhando os briefings e exercícios que têm sido promovidos nesse sentido.

AFOCELCA COM 22 SAPADORES NO DISTRITO DE CASTELO BRANCO

Celuloses unem meios para gerir incêndios



A AFOCELCA foi criada em 2002 por um grupo de empresas de celulose para proteger o património próprio em caso de incêndios florestais. Durante o Verão, a AFOCELCA está especialmente vocacionada para trabalhar nas áreas de detecção e ataque inicial, em especial nas áreas das empresas de celulose dos grupos que a constituem: Celbi, Caima e empresas do Grupo Portucel Soporcel (Aliança Florestal).

Orlando Ormazabal, director executivo da AFOCELCA, realça, no entanto que os meios desta unidade, quando solicitados pela Autoridade Nacional de Protecção Civil (ANPC), actuam, sempre que possível e necessário fora das áreas do Agrupamento Complementar de Empresas (ACE).

Para o distrito de Castelo Branco, a AFOCELCA tem destacados 12 aparelhos – incluindo um helicóptero sedado em Penamacor – e um total de 22 sapadores.

A Afocelca está integrada na Força Operacional Conjunta (FOCON). Que serviços presta a Afocelca no combate e prevenção aos fogos florestais?

A AFOCELCA tem como fundamentos da sua actuação a protecção das áreas florestadas das empresas que compõem o agrupamento, sendo essa intervenção baseada num primeiro ataque ou ataque inicial aos incêndios que ameacem ou afectem essas mesmas áreas.

Como é que é feito o enquadramento da Afocelca na estrutura de Defesa da Floresta Contra Incêndios? De que modo é organizada a articulação com os outros agentes?

O enquadramento da estrutura AFOCELCA está definido na Directiva Nacional da ANPC. Embora essa intervenção se baseie no princípio para que foi criada, está, no entanto, em consonância com os demais órgãos de comando, podendo ser alterada ou mobilizada dos sectores e áreas de actuação se a natureza ou o grau do incêndio assim o justificarem.

A Afocelca foi criada por empresas do sector da celulose para preve-



nir e combater incêndios nas áreas florestais sob responsabilidade dessas empresas. No entanto, como se sabe, a legislação prevê também a colaboração da Afocelca fora dessas áreas. Esse serviço é encarado como um negócio?

Não, porque na realidade a natureza da nossa intervenção está automaticamente ligada a um combate em áreas que não são da propriedade das empresas agrupadas. O objectivo será proteger essas áreas e na grande maioria dos casos essa protecção é feita fora das áreas das empresas, além de que, como referido anteriormente, a nossa intervenção quando necessária e possível, será solicitada pela Autoridade Nacional de Protecção Civil.

Os resultados da actuação da Afocelca têm se feito sentir em termos de redução de número de fogos e de área ardida?

Não será fácil responder com números a essa questão, até porque o início da AFOCELCA coincidiu com uma das piores vagas de incêndios de sempre em Portugal, tendo sido também afectada por essa realidade. No entanto o que podemos afirmar é que as metas estabelecidas estão a ser cumpridas e que pelos dados referentes às nossas intervenções, temos razões para crer que os resultados são francamente positivos.

O Centro Operacional da Afocelca está localizado na Figueira da Foz. Como é feita a coordenação interna das equipas? Como estão organizados os meios da Afocelca em termos nacionais?

Os recursos do serviço da AFOCELCA estão distribuídos a nível nacional dentro ou próximo de áreas florestadas do Agrupamento

Complementar de Empresas, localizados segundo um conjunto de critérios próprios e otimizados que têm por base a distância, tempo de chegada e visibilidade das áreas a proteger. Toda a coordenação assenta numa central única de operações que controla e coordena toda a estrutura a nível nacional. Depois, na área do teatro de operações, é formada uma estrutura de comando, responsável por organizar localmente as áreas de combate, logística e informação no teatro de operações.

Meios

Quais e quantos meios tem a Afocelca destinados a intervir no distrito de Castelo Branco?

- Estão localizados no Distrito de Castelo Branco:
- 9 Unidades Ligeiras
Kit 600 litros x 4 sapadores
- 1 Semi-Pesado
Kit 3000 litros x 5 sapadores
- 1 Semi-Pesado
Kit 3500 litros x 8 sapadores
- 1 Helicóptero Ecuireuil AS/350-B2 Kit 1000 litros
- 1 Brigada Helitransportada 5 sapadores

Depois da tragédia que sucedeu o ano passado com 5 sapadores da Afocelca, houve alterações significativas na abordagem aos incêndios?

Naturalmente que um acidente deste tipo deixa marcas, no entanto a abordagem a ter não se prende com o facto de ter havido o acidente, mas sim com a necessidade contínua de segurança, formação e profissionalismo do todo o pessoal que compõe os recursos da AFOCELCA.

Que formação têm os elemen-

tos da Afocelca?

Os elementos que integram a estrutura da AFOCELCA são, na sua maioria, colaboradores que prestam serviços às empresas que integram o ACE, tendo por isso formação na área florestal e profundo conhecimento sobre a floresta e as actividades a ela inerentes. No que diz respeito à área de combate a incêndios florestais, é a própria AFOCELCA que administra a formação, abrangendo as áreas de conhecimento de incêndios, comportamento do fogo, combate, utilização de ferramentas manuais e segurança. Além da vertente teórica existe também uma parte prática. A formação está dividida em dois tipos – Combatentes e Chefes de Brigada.

A Afocelca recorre à aquisição dos serviços de bastantes elementos vindos de países estrangeiros, em especial do Chile. Qual é a razão e quais as vantagens dessa cooperação?

Na verdade, o número de colaboradores chilenos que têm vindo a prestar serviço na AFOCELCA tem vindo a diminuir, sendo este ano somente de 6 sapadores helitransportados e 2 elementos de coordenação. Esta diminuição é um sinal de que o pessoal formado em Portugal tem capacidade e vontade de assegurar este serviço.

A vinda destes combatentes prende-se com o tipo de actividade que a AFOCELCA implementa no combate aos incêndios (tipo este que está a ser também utilizado pelos serviços Nacionais) e em que estes elementos têm longa experiência, podendo além de uma mais valia imediata, servir de exemplo para os elementos portugueses que queiram integrar este tipo de trabalho.

Esta articulação de meios é feita apenas sazonalmente, por alturas do Verão?

No que diz respeito aos combatentes chilenos, sim. Quanto à restante estrutura, como disse anteriormente, a maior parte continua nas actividades inerentes ao sector florestal.

Celuloses

Segundo a imprensa, as celuloses já investiram, a pensar nesta época de incêndios, mais de 5 milhões de euros na prevenção, limpeza de matas, detecção e apoio ao combate de incêndios florestais. Na sua opinião, a tendência é para que as celuloses dediquem uma parte cada vez maior do orçamento à prevenção de incêndios florestais?

Na verdade, e como diz o senso comum, a prevenção é o melhor combate. No entanto, incêndios sempre existiram e sempre irão existir. Assim, as empresas como produtores florestais que são, lidam sempre com essa preocupação. Os

trabalhos silvícolas de prevenção são uma das actividades que as empresas desenvolvem e cujo investimento representa uma fatia importante dos orçamentos. É nosso desejo, como técnicos florestais, que o empreendimento na área da prevenção não diminua.

O facto de as empresas responsáveis pela Afocelca terem criado uma unidade de prevenção e combate aos fogos significa que é necessário que sejam os privados não só a fazer a prevenção, mas também a combater os incêndios?

Não se trata de direccionar a responsabilidade para os privados, para os produtores florestais ou para as organizações estatais. O que se trata é de uma responsabilidade comum de toda a sociedade. As empresas, como maior produtor florestal privado do país, têm uma preocupação acrescentada do problema, havendo uma noção clara de que não é possível que o sistema nacional tenha uma intervenção prioritária no seu património florestal. Por isso, como refere a Directiva Nacional, a sua preocupação e prioridade é a protecção das áreas sob a sua responsabilidade. É essa a razão da existência de um programa de prevenção e combate a incêndios florestais.

Essa situação poderá ser o futuro do combate aos incêndios em Portugal? Isto é, poderá alargar-se para além da indústria do papel para outras entidades privadas com interesses na floresta?

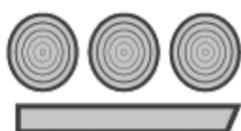
Tal como disse, trata-se de um problema comum à sociedade e onde todos os que trabalham nele ainda somos poucos. No entanto, há que ter em atenção a natureza dessa intervenção. O problema não se coloca somente no sector privado, mas também em diversas áreas de interesse estatal onde é possível dar um contributo importantíssimo, não só na área do combate mas noutras áreas ligadas ao tema dos fogos. Aliás, não devemos direccionar todos os esforços somente para a área do combate.

De acordo com dados da DGRF relativos aos incêndios florestais, as áreas mais ardidas são as de eucalipto e de pinheiro bravo, que são árvores muito valorizadas pela indústria de celulose. A gestão destas espécies obriga a maiores cuidados?

Naturalmente que sendo as áreas de eucalipto e pinheiro as mais florestadas, será de alguma forma normal que sejam as espécies mais ardidas. Contudo, os estudos e os desenvolvimentos que têm sido feitos e aplicados são representativos dos resultados obtidos. Os modelos de gestão são dinâmicos e, por isso, as empresas tentam manter a sua aplicabilidade, apresentando-se na vanguarda dos processos de produção, garantindo a certificação, quer de qualidade quer ambiental.



Caixa Geral de Depósitos



mabei

A **MABEI** – Madeiras da Beira Interior, Lda., dedica-se essencialmente à produção de paletes, aproveitando todos os subprodutos resultantes da transformação da madeira, como são exemplos a estilha, a casca e o serrim.

Em termos de mercados a empresa está direccionada quer para o mercado nacional quer para o mercado internacional, tendo já fortes relações com clientes em Espanha, actualmente o seu principal mercado.

A criação desta empresa resulta da iniciativa de um conjunto de quatro empresários dinâmicos, detentores de diferentes experiências de sucesso e que tentam unificar todos os conhecimentos adquiridos ao longo das suas vidas neste ramo de actividade.

A empresa tem sede na Zona Industrial de Penamacor, coração de uma região com elevados recursos florestais, que a empresa procura explorar de forma eficiente, não descurando as naturais preocupações de preservação dos recursos naturais, procedendo não só à utilização racional das madeiras mas também incentivando/promovendo a reforestação.

Por outro lado, nos seus investimentos a empresa procurou equipar-se com equipamentos tecnologicamente evoluídos, introduzindo conceitos inovadores e implementando uma filosofia de investimento constante por forma a reunir condições para que se possa primar pela qualidade.

A **MABEI** – Madeiras da Beira Interior, Lda., dispõe de instalações próprias construídas de raiz, especialmente concebidas para a actividade objecto de negócio, na Zona Industrial de Penamacor. Neste espaço são desenvolvidos todos os serviços relacionados com a área administrativa, técnica, comercial e produtiva.

Contactos:

MABEI – Madeiras da Beira Interior, Lda.
Zona Industrial de Penamacor, Apartado 37
6090 Penamacor

Telefone: 277 394 390
Fax: 277 394 398
E-mail: contacto@mabei.pt

